

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE MULHERES NEGRAS E O  
BRANQUEAMENTO DO MAGISTÉRIO NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA**

THE PRODUCTION OF THE MEANING ABOUT BLACK WOMEN AND THE  
WHITENING OF TEACHING IN RIO DE JANEIRO DURING THE FIRST REPUBLIC

Maria Lúcia Rodrigues Muller<sup>1</sup>

**Resumo**

Este artigo apresenta a presença de professoras negras no magistério do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, no período da Primeira República correlacionando-o a um quadro explicativo do processo de construção simbólica que, no mesmo período, retirou da mulher negra letrada a capacidade de apresentar-se como difusora e produtora de bens culturais. Para tal analisei a literatura produzida pelo pensamento social brasileiro no período, em especial textos de médicos eugenistas e de outros intelectuais que dialogavam com o pensamento eugênico. Demonstro que se transferiu às mulheres negras toda a carga negativa conferida ao grupo negro pelas teorias racistas, terminando por dificultar e praticamente impedir o acesso de mulheres negras aos cargos do magistério. Essas teorias então em voga entre as elites intelectuais, acrescentadas de certa misoginia, presente no discurso eugenista, terão consequências indelévels no imaginário social brasileiro no que se refere às mulheres negras.

**Palavras-chave:** Educação. Professoras negras. Racismo. Produção de sentidos.

**Abstract**

This article presents the presence of black women as teachers in Rio de Janeiro, the former Federal District, during the period of the First Republic. It is correlated to an explanatory table of the process of symbolic construction that, during the same period, withdrew from the literate black woman, the capacity to present herself as a communicator and producer of cultural goods. In regards to this, I analyzed literature produced by the Brazilian social thought during this period, in particular texts from eugenicist doctors and other intellectuals who discussed eugenic thinking. I show that if black women were to take on all the negative charge bestowed onto the black group as a whole, by racist theories, this would ultimately hinder and practically prevent access for black women into positions of teaching. These prevalent theories among the intellectual elites thus added a certain misogyny present in the eugenic discourse. There will be lasting consequences in the Brazilian social collective conscious, in relation to black women.

**Keywords:** Education. Black teachers. Racism and the production of meaning.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UFRJ. Pós-Doutora em Sociologia da Educação pela UFF. Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE)/UFMT. Pesquisa e orienta no tema Relações Raciais e Educação.

## Introdução

As pesquisas realizadas sobre professoras negras no Rio de Janeiro fizeram parte do Eixo Temático *O Negro na Educação Brasileira: história e memória* do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB)/ESE da Universidade Federal Fluminense. Resumindo os dados obtidos, no início do século vinte havia uma quantidade razoável de professoras negras no magistério público do Rio de Janeiro. Não obstante, no final da década de dez começa a ser realizado um processo de “branqueamento” do magistério. Processo que se intensifica à medida em que vão sendo formuladas e implementadas ações de modernização e racionalização do ensino público.

Ainda são poucas as pesquisas históricas sobre as formas de inserção profissional de mulheres negras em condições de exercer funções intelectuais no mundo do trabalho, em especial no ensino público. Outro complicador é que as relações raciais no Brasil têm características que não são encontradas em outros países. O preconceito e a discriminação estão quotidianamente presentes nas relações sociais, embora sejam disfarçados por mecanismos sutis de “evitação”. É o chamado “racismo à brasileira”, que “[...] permite escapular ainda hoje de problemas muito mais complicados, como o de ter que discutir o nosso racismo como uma ideologia racial às avessas, anti-ideológica, que se nega a si própria, mas que é uma imagem de espelho do racismo europeu e americano”. (DA MATTA, 1987, p. 84).

É pouco claro como, no interior das instituições responsáveis por uma intervenção mais direta na população responsabilizada pelo “atraso” do país, são reconfiguradas ideias que orientam tanto os discursos oficiais quanto as práticas corretivas/curativas, que terminaram por atingir diretamente o grupo negro. Fotografias de professoras em anos distintos representam de forma evidente esse processo. No que se refere à ocupação e desocupação de postos no interior da carreira do magistério, já sabemos que ocorreu um processo intencional, ainda que não explicitamente definido, de negação de espaço profissional a esse grupo racial. Qual terá sido a *formação estratégica*? O estabelecimento de um campo comum de observação/atuação que envolveu um modo particular de apreensão sobre um mesmo objeto (SAID, 1990), no caso a população negra e em especial a mulher negra.

As pesquisas realizadas fazem crer que a permanência e a consolidação dessa representação só foram possíveis porque inventadas, reiteradas e aludidas em experiências cotidianas. Mesmo que vagamente partilhada, porém inteligível em todas as formas de

interlocuções, uma representação negativa da população negra e, das mulheres negras, consolidou-se nas instituições de ensino.

Vale retomar, ainda que brevemente parte dos debates que, desde meados do século XIX até os primeiros anos do século XX, conformaram as discussões sobre o futuro do país e de sua população. No Brasil, a preocupação com a descrição anatômica dos “povos” inicialmente coube aos médicos, nas suas várias especialidades. A relação entre patologias e grupos “raciais” foi objeto dos primeiros trabalhos que se debruçaram em torno da crucial questão: quais são e como são as “raças” que formam a nação? Segundo Cunha (2002, p. 255), a passagem da Colônia para o Império

[...] e às preocupações com a formação da nação permitiu que os problemas ‘raciais’ fossem abordados através de um viés particular. Essa atenção dispensada pela medicina à conjunção entre patologia e clima não ofuscou toda a discussão que se travava no interior de instituições oficiais, relacionada à política imigratória, à expansão de fronteiras, às políticas de povoamento, trabalho e ao fim da escravidão no país.

Ao abordar as discussões a respeito de definições distintas acerca da formação social brasileira, diferentes médicos se depararam com a necessidade de enfrentar um mesmo enigma: quem são os “brasileiros”? Raça foi o termo corrente para aludir-se à história, ao passado e à herança – tudo aquilo que deveria ser esquecido, corrigido e redimido em nome de um futuro eugênico para o país. A Eugenia seria a concretização redentora de um projeto contemporâneo e moderno que envolveria médicos, educadores e juristas.

Ora, na adaptação médica brasileira, negros e indígenas não eram somente inferiores, mas também sua miscigenação com o branco contribuía à degeneração da “raça neolatina”. A ênfase no combate aos vícios, que se verifica nos programas de ensino de moral e cívica, nas primeiras décadas do século XX, tem a influência desse pensamento médico. Esses vícios deveriam ser combatidos desde a infância. A escola, e não a caserna<sup>2</sup>, evitaria a degeneração da raça.

A ênfase no papel da educação indica que no seio do pensamento eugenista consolidou-se a posição de que seria possível “corrigir” as raças “inferiores”. A metáfora da nação como um corpo biológico, cujo processo de transformação poderia não só ser observado e descrito, mas, sobretudo, ajustado e adequado aos projetos civilizatórios perpassava o discurso das elites políticas e intelectuais no país durante as primeiras décadas do século XX.

---

<sup>2</sup> Nesse período diferentes setores da sociedade brasileira, por diferentes motivos, conferiam à educação um papel fundamental na modelagem da população brasileira. As posições eram das mais diversas. Olavo Bilac advogava o ingresso no exército como solução. Os debates sobre o papel do exército, ver Baía Horta (1994).

### **A solução do “branqueamento”**

Desde meados do século XIX, as elites brasileiras preocupavam-se com o futuro do país, dado nossa heterogeneidade racial e cultural. Eram elas influenciadas pelas teorias racistas, européias e norte-americanas, então em voga. Teorias estas que postulavam uma hierarquia entre as raças e colocavam nos seus patamares mais baixos os povos orientais e negros.

No final do século XIX, chegava-se a uma solução conciliatória: o Brasil deveria aspirar ao progresso “branqueando” sua população. Para tal, fazia-se necessário “importar” levas de trabalhadores europeus e, ao final de algumas gerações, com a miscigenação, teríamos aqui uma nova raça branca, a “raça brasileira”. Tendo o Brasil uma população predominantemente negra e indígena suas possibilidades de construir a modernidade e o progresso, diziam, eram praticamente nulas.

### **Os obstáculos na obtenção de reconhecimento intelectual**

A existência concreta de negros e mestiços instruídos, nesse período, tem sido vista comumente como “a exceção que confirma a regra”. Afrânio Peixoto era um dos que divulgava esse tipo de juízo. Seria verdadeira tal assertiva? De alguma maneira, antes e depois da Abolição da escravatura, escravos e forros, negros e mestiços encontraram maneiras de obter instrução ou, pelo menos, incentivar sua descendência a obter instrução (QUEIROZ, 1977, p. 647-663). Temos as referências de intelectuais negros ou mestiços como Cruz Lima, André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Lima Barreto, mas também anônimos ou pouco conhecidos como Dom Obá II D'África. (SILVA, 1997).

Mesmo antes da Abolição já tínhamos um significativo número de libertos. Aproximadamente 95% da população negra no Brasil era livre à época da abolição do cativeiro. O 13 de maio de 1888 trouxe a liberdade para 723.000 escravos, numa população de 12 milhões de pessoas que aqui viviam (REIS, 2000). Hebe Mattos (1998) descreve a diversidade de ocupações econômicas dos libertos no interior do estado do Rio de Janeiro e no sul de Minas Gerais. Eram jornaleiros, camaradas, capatazes, pequenos sitiantes, costureiras. Esforçavam-se para adotar as condutas simbólicas dos homens livres, o casamento oficial, o registro dos filhos etc. Esses libertos teriam dado origem a uma pequena classe média de artesãos e, mesmo, de pequenos funcionários. Negros e mestiços representavam 37,3% da

população carioca em 1890<sup>3</sup>. Parte dessa população esteve nucleada espacialmente, até os primeiros anos do século 20, na Pequena África<sup>4</sup>. A maioria dos habitantes desse espaço dedicava-se a ocupações manuais. Contudo, havia uma parcela feminina desses grupos que se dedicou a ocupações econômicas que lhes trazia ganhos um pouco maiores, possibilitando-lhes, pelo menos em tese, contribuir para que sua descendência adquirisse um nível mínimo de estudos.

Parte-se do suposto que não eram as condições econômicas, a maior ou menor pobreza que colocava obstáculos ao ingresso a profissões de maior valor simbólico, como o de professora ou a de escritor. Abolida a escravidão, transformados todos em cidadãos, a contraposição à igualdade formal entre brancos e negros foi reinventada através da desigualdade no âmbito da cultura. A hierarquização ocupacional, antes de ser reflexo de condições econômicas, era fruto do mesmo tipo de diferenciação cultural. A distinção entre um e outro grupo, uma vez que não podia ser dada a nível jurídico, passou a ser construída em termos simbólicos, visando demarcar diferenças.

Assim como a aparência de saúde ou de doença, de beleza ou de feiúra, eram construções simbólicas da “superioridade” e “inferioridade” raciais. Também as representações sobre a “pouca” inteligência de negros e mestiços, sua “incapacidade” para estudos mais aprofundados etc., fazem parte de um conjunto de representações sociais, originárias da difusão das teorias racistas em voga no século XIX. No período histórico abrangido por esta pesquisa, essas representações estavam muito presentes. O que não significa que ainda não estejam.

O esforço em obter e galgar as profissões de maior prestígio esbarrava quase sempre na resistência a aceitar que o negro “saísse do seu lugar”. Tem-se um exemplo disto quando Lima Barreto, através de seu duplo, o escrivão Isaiás Caminha, reproduz o drama daquelas pessoas negras que aspiravam a ingressar no mundo letrado e encontravam toda sorte de resistência, e de “má vontade” velada.

Verifiquei que, até o curso secundário as minhas manifestações, quaisquer; de inteligência e trabalho, de desejos e ambições, tinham sido recebidas, senão com aplauso ou aprovação, ao menos como cousa justa e do meu direito; e que daí por diante, dêis que me dispus a tomar na vida o lugar que parecia ser de meu dever ocupar, não sei que hostilidade encontrei, não sei que estúpida má vontade me veio ao encontro, que me fui abatendo, decaindo de mim mesmo, sentindo fugir-me toda

---

<sup>3</sup> Damázio (1992, p. 34). Segundo esta autora, o censo de 1906 não comportava o item raça.

<sup>4</sup> Silva (1997, p. 81-84). Eram as comunidades dos distritos de Santana, Cidade Nova, Santo Cristo, Saúde e Gamboa. As ocupações femininas registradas pelo autor são costureiras, doceiras, quitandeiras, vendedoras de tabuleiro, confecção de fantasias para o carnaval e peças de teatro etc.

aquela soma de idéias e crenças que me alentaram na minha adolescência e puerícia. Cri-me fora de minha sociedade, fora do agrupamento a que tacitamente eu concedia alguma coisa e que em troca me dava também alguma coisa. (LIMA BARRETO, 1984, p. 17).

De fato, a convicção de que não-brancos eram inferiores e que o branqueamento da população brasileira era algo desejável e, mesmo, imprescindível, frequentou o debate das elites de forma intensa. Porém, só traduziu-se em políticas na medida em que a configuração de forças no Estado brasileiro, mesmo na Primeira República, deu margem a uma intervenção social mais sistemática. Na medida em que essas intervenções foram sendo racionalizadas, aumentava o número de seus beneficiários, é o caso do aumento de vagas na escola pública. Em igual medida, foi-se definindo o como, através de que formas, os beneficiários seriam atingidos. E, finalmente, também, estabeleceram-se quem seriam os agentes dessas intervenções: no caso da educação, as professoras primárias. A figura dessa agente social, a professora primária, foi construída ao longo dos anos, quase desde a proclamação da República. (MULLER, L., 1999).

### A pregação eugenista

Afrânio Peixoto<sup>5</sup> foi um dos médicos brasileiros que se colocou em condições de melhor *apresentar e representar* as raças brasileiras. Ele via nas práticas eugênicas a solução para a heterogeneidade étnica e racial da população brasileira,

[...] Impedir, se possível. Se não consertar. **Como um plantador escolhe suas melhores sementes e um criador os melhores reprodutores, também o Estado se interessará pela sua formação, mais que sua indústria, sua vida. Não olhará a quantidade [...] consertar biologicamente com a cirurgia endócrina, os enxertos. Consertar, refazendo, melhorando, numa acertada bioplástica e não podarão mais ser anormais. Consertar sociologicamente, adaptar à comunidade, como diz Adler [...] pela psicologia, profunda ou superficial, pela pedagogia, pela educação, reeducação, fazendo e refazendo homens sociáveis, honestos, bons, homens \*econômicos\* e justos e, não poderão ser mais criminosos.**

Mas não era somente Afrânio Peixoto que debaterava sobre a composição racial da população brasileira. Frota Pessoa (1924), em texto sobre a educação, afirmava enfaticamente “Nossa educação cívica se há de cimentar pelo conhecimento das instituições nacionais, pelo estudo de nossa história e tradições, pela previsão do nosso destino, **e pela confissão corajosa de nossos vícios de raça e de organização social e política**”. (FROTA PESSOA, 1924, p. 131, grifos meus).

---

<sup>5</sup> Também professor da Escola Normal e da Instrução Pública.

O que ele estava querendo dizer quando se referia à “confissão corajosa de nossos vícios de raça”? Era a velha preocupação das elites brasileiras, influenciadas pelas teorias racistas, relativas à heterogeneidade racial do povo brasileiro.

Em outra oportunidade, Afrânio Peixoto investe contra os “mulatos” e as “mulatas”. Nessa ocasião, seu interlocutor preferencial eram os setores da Igreja católica que defendiam a igualdade da espécie humana, embora o argumento fosse claramente racista,

Com raras exceções. As elites e o povo estão de acordo comigo. O chamado nacionalismo sustenta-se com o apoio dos mulatos. Estes, que são filhos de brancos e de negras, odeiam seus progenitores. **O futuro do Brasil pertence à raça branca.** Vivem principalmente pelos sentidos, os mulatos. As mulatinhas constituem uma espécie amorosa talvez sem par no mundo. A atração que exercem, sendo encantadoras, exige certa cautela. (grifos meus).

A citação que se segue fazia parte, segundo ele, de anotações de aula que ministrou em 1917, na Faculdade de Medicina. Nota-se, talvez, uma pregação em favor da experimentação científica com pessoas negras, que, possivelmente, não deve ter encontrado ressonância no meio médico,

Hoje em dia muitos dos brancos do Brasil, de pele e cabelo, por certo índices, não escapariam ao labéu colorido [...] um índice, por exemplo, náutico, ou relativo às volumosas nádegas, denunciam o sangue negro ainda concentrado de muita branca ou morena bonita do Brasil. Aos antropologistas proporia um índice, por exemplo, índice-náutico, isto é, o circuito maior das nádegas, o perímetro náutico, multiplicado por 100, dividido pela altura: índice náutico =  $n \times 100$  os números seriam maiores, a medida da concentração de sangue negro. (PEIXOTO, 1937).

É interessante notar como corpos individuais, e particularmente os das mulheres negras ficaram fora de certas modalidades de experimentação científica, à exceção da citação acima, quando Afrânio Peixoto menciona o tal índice náutico. As mulheres só figuraram em narrativas de caráter ficcional, nas quais moralidade, exotismo e erotismo podem ser expressos através de uma linguagem e um estilo subjetivo. É o que se pode perceber na tese de João Batista de Lacerda (1911), apresentado em um encontro internacional realizado em Londres:

Mesmo não podendo dizer, baseado em suas formas e linhas, que os mestiços sejam exemplos de beleza, é todavia verdadeiro que entre o sexo feminino sobretudo, encontram-se tipos de formas graciosas e bem proporcionais. **Os instintos voluptuosos são bastante desenvolvidos entre a maioria, e se apresentam no olhar lânguido, os lábios grossos, no tom indolente e levemente arrastado na voz.** (grifos meus).

No entanto, a referência erotizada ao “olhar lânguido” das mulheres de cor, na apresentação de João Batista de Lacerda, não era comum entre a primeira geração de

antropólogos nacionais. Entretanto, entre os médicos era mais comum a interpretação misógina de Afrânio Peixoto. Contudo, vale mencionar que aos corpos dos homens negros eram atribuídas a força física e a sexualidade exacerbada.

### **A negação do corpo negro**

Através de um de seus mais importantes propagandistas, Dr. Renato Kehl, será possível entender melhor as relações indivíduo e raça nesse período e, da mesma maneira, a construção e a reiteração de imagens negativas e estereotipadas sobre o corpo negro. Segundo ele, o mestiçamento era a causa do grave problema que grassava o caldeamento étnico no Brasil. Caberia às elites advertir, aos menos favorecidos, quanto aos problemas decorrentes de matrimônios mistos, propagando as vantagens do casamento dentro da mesma raça. Kehl era pessimista quanto ao futuro do Brasil. “Para ele a miscigenação racial conduzia o Brasil para uma catástrofe. [...] Assim, somente com procedimentos eugênicos, como a educação higiênica e a esterilização, o país poderia tornar-se uma nação moderna e próspera. A esterilização deveria ser aplicada de forma compulsória e permanente”. Santos (2005), citando Renato Kehl,

Esta proposta nós a apresentamos sem qualquer intuito nacionalista, nem qualquer preconceito de raça. Entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto o espírito superior visando a procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem unir-se, um homem branco com uma negra ou vice-versa. E o produto desse conúbio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza [...]

Em *A cura da fealdade*, publicado em 1923, Kehl especifica suas proposições aliando as leis de Galton a uma concepção estética da conformação fisiológica dos indivíduos. Segundo critérios eugênicos, a normalidade consistia na conjunção da perfeição somática com a perfeição psíquica. A categoria normalidade guardaria, então, proximidade com os conceitos de saúde e beleza.

Ainda que atento aos referenciais antropométricos, Kehl se ocupou com a divulgação da necessidade de se promover uma política de embelezamento da população. Para isso, estabeleceu uma classificação própria de beleza feminina e masculina, na qual distinguia formas e tamanhos perfeitos e imperfeitos. Nas mulheres, as noções de harmonia, graça e leveza qualificariam diferencialmente a proporcionalidade física



[...] representam defeitos muito desgraciosos, tornozelos, punhos, joelhos, cotovelos muito grossos. **A delicadeza dessas saliências é sinal de pureza da raça.** Articulações grossas, ossos espessos, pés e mãos exageradamente fortes são próprios de indivíduos criados nos trabalhos pesados, ou que praticam exercícios demasiados. [...] é necessário não confundir delicadeza das partes com a fraqueza própria dos raquíticos e **degenerados** (grifos meus).

Outro médico, Alexandre Tepedino (1927, p. 58), publicou um livro dedicado especialmente às mulheres,

Fazer boa eugenia, é modificar a argamassa humana, **é transformar o tipo étnico.** Incalculáveis serão os benefícios que advirão dessa vitória. A biologia, a etnologia, a eugenia, se aliam para a formação do indivíduo [...] a realidade social e política são resultantes de fatores bem orientados, bem controlados. O caráter, lenta e gradativamente, se plasma. Governantes e governados são produtos da mesma argila, em formação... é à eugenia, é à instrução, é à cultura que se deve recorrer. **O problema estrutural do Brasil é também um problema genético.** (grifos meus).

É bem verdade que, vinda da literatura, também era estigmatizado o fenótipo da mulher negra, a exemplo de Júlia Lopes de Almeida, a escritora famosa, proclamava a necessária (?) infelicidade da mulher negra,

Para ser suprema a sua formosura ela terá os teus doces olhos azuis, tão cedo fechados, Elvira; e o teu riso alegre, Maria Laura; e a tua voz, Janan; e a tua bondade adorável, Marie; e as linhas do teu corpo, Alice; e a doçura da tua tez, Carlota! **Terá da negra Josefa, tão triste por não ser branca, a branca inocência;** e de vós todas, com que topei na minha infância, a garrula alegria e a trêfega imaginação (ALMEIDA, 1906, p. 6, grifos meus).

Outras abordagens ligavam a raça à saúde mental. Um psiquiatra, Porto Carrero, relacionava tantos os defeitos físicos quanto os “caracteres da raça”,

Em nosso país é fácil observar o sentimento de inferioridade por motivo de raça. Apesar da mestiçagem intensa ninguém quer ser mestiço: o meio branco ou semibranco, de aparência longinquamente caucásica torna-se hostil aos que tenham leves sinais antropológicos da raça negra. Essa hostilidade do meio gera muitas vezes nos negros e mulatos um sentimento de inferioridade que leva alguns a disfarçarem os caracteres raciais e em outros determina uma revolta íntima que transborda em azedume, em sadismo, quando não busca compensação em idéias protéticas de grandezas.

Esse levantamento, parcial, da literatura produzida no início do século XX aponta para o estabelecimento de um campo comum de observação/atuação que envolveu um modo particular de apreensão sobre a população negra e, em especial, sobre a mulher negra. A permanência e a consolidação dessa representação só foram possíveis porque foi inventada, reiterada e aludida primeiramente pelo pensamento médico, de grande poder social, e pelo poder de legitimar saberes e conferir-lhes sentidos sobre indivíduos e grupos sociais e raciais. Não obstante, não só os médicos eugenistas contribuíram para essa formação discursiva, que

apreendeu a população negra de forma tão negativa. Outros intelectuais se dispuseram a contribuir e a engrossar o feixe de enunciados que impuseram discursos e práticas demarcadoras de espaços sociais dos grupos raciais minoritários, conferindo-lhes o lugar de *outsiders* em sua própria sociedade. A imprensa também foi uma agência poderosa na difusão dessa formação discursiva contra mulheres negras. Ver, por exemplo, Nepomuceno (2008) que apresenta o papel da imprensa carioca, nos anos de 1920, na reprodução de preconceitos e estereótipos contra artistas negras.

A legitimação da inferioridade apresentava-se englobada em figuras mais gerais definidoras e definitivas, tais como a erotização da imagem da mulher negra, o par antagônico racializado: beleza (branco)/feiura (negro). A aliança com a pedagogia traduziu essa reiteração em experiências cotidianas, no que se refere aos materiais didáticos e às práticas pedagógicas que classificavam, demarcavam e estereotipavam professoras e alunos negros. A partir dessa aliança, são reconfiguradas ideias que orientaram tanto os discursos oficiais quanto as práticas educativas, terminando por atingir o grupo negro. Processo semelhante institucionalizou representações negativas acerca das mulheres negras brasileiras.

Um dos usos pragmáticos dessa formação discursiva pode ser encontrado em algumas das formulações da reforma da instrução pública no Distrito Federal, que leva o nome de seu autor. Vê-se na reforma Fernando de Azevedo, realizada em 1927, a presença das ideias de hierarquização racial. Tal reforma estabeleceu os seguintes critérios para o ingresso, na Escola Normal, quando as candidatas deveriam

- ter concluído o curso complementar, anexo à Escola Normal;
- ser aprovadas nos testes de idade mental adulta e não ser portadoras de moléstias transmissíveis ou defeito físico incompatível com o exercício do magistério.

Além desses critérios, o Regulamento do Ensino determinava que, para o acesso ao curso complementar, deveria ser dada preferência ao sexo feminino. Para cursá-lo, as candidatas deveriam ter cumprido os cinco anos de ensino primário e ser naturais do Distrito Federal. Uma moça que tivesse nascido em outra cidade do mesmo estado, Niterói, por exemplo, já não poderia frequentar a Escola Normal.

A partir de 1932, outros requisitos foram formulados: idade, entre 18 e 28 anos, condições de saúde (ausência de doença contagiosa ou repugnante, de defeito físico ou psíquico incompatível com o exercício docente, comprovante de vacinação antivariólica e antitífica). Além disso, a moça deveria comprovar possuir hábitos higiênicos e de personalidade (boa conduta social e vocação individual e familiar - pais, tios ou irmãos no

magistério). Segundo Diana Vidal (1995, p. 88), esses critérios foram contemplados quando da normalização do regime de admissão:

[...] exame de saúde, seguido de exames laboratoriais complementares; teste de inteligência, baseado nos testes usados pelo exército norte-americano na Primeira Guerra [...] adaptado para o Brasil; prova escrita sobre conteúdos de Aritmética e Português (caligrafia e ortografia eram avaliados); prova oral versando sobre Aritmética, Português, Ciência, Geografia e História Pátria e, finalmente, exame de desenho composto por cópia do natural. Candidatas que apresentassem problemas odontológicos eram admitidas condicionalmente, tendo a obrigação de sanar as deficiências identificadas, para tanto seu representante legal assinava um termo de compromisso [...] Corpo perfeito, biológica e psicologicamente, era condição imprescindível para o ingresso. O exame de saúde era eliminatório e estendia-se a todas as candidatas, porque o primeiro exame a ser efetuado. Compunha-se das seguintes fases:

- a) declaração prestada por representante legal do candidato;
- b) exame das vestes, pele e pelos, seguido de anotação de peso, estatura e fonação, com especial atenção à vista;
- c) exame do esqueleto, articulações, sistema nervoso e aparelho de mastigação (dentes).

Os critérios de exame médico foram revistos por várias juntas médicas, intentando sua uniformização para assegurar igualdade de julgamento. Toda essa discussão revelava a dificuldade da definição do que era considerado normal: “As discrepâncias de avaliação ocorriam em virtude da própria impossibilidade de fixação de critérios extremamente precisos definindo o saudável”. (VIDAL, 1995, p. 88).

Para concluir, no que se refere ao Distrito Federal, o acesso ao magistério público primário foi sendo restringido cada vez mais. Como se a professora primária, além de ter todas as virtudes também tivesse que ter a aparência física e social de uma nação que não éramos, nem o somos até hoje. As informações obtidas nas pesquisas sugerem que, desse período em diante, tornava-se quase impossível o ingresso de moças negras no magistério público carioca. Não é obra do acaso, nem por falta de condições intelectuais, que quase não se veem alunas não-brancas nas antigas fotos do Instituto de Educação. Não aparecia mais a figura da “degeneração da raça”, ou da “inferioridade de negros e mulatos”. Essas representações englobadoras, a partir daí, surgiam em outras entidades como “perfeição física” e “psicológica”.

Evidentemente, a ênfase dada à aparência física do magistério vinha institucionalizar a aspiração de nossas elites quanto ao branqueamento da nossa população. A citação a seguir é de Fernando de Azevedo e não difere muito do pensamento social da época:

A admitir-se que continuem negros e indígenas a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa - cidadela da raça branca -, antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa - a da atmosfera de sua própria civilização. (AZEVEDO, 1996, p. 85).

É verdade que os juízos emitidos por Fernando de Azevedo são bastante coerentes com sua época. A diferença entre ele e outros intelectuais que partilhavam as mesmas opiniões é que foi Azevedo quem estabeleceu as políticas de acesso ao magistério, que restringiram as oportunidades das moças negras. Entretanto, esse vaticínio se realizou quanto às ocupações dos postos de elite. O magistério carioca, possivelmente o brasileiro, passou décadas sendo reserva de mercado apenas dos professores brancos. Ainda hoje, professores negros são minoria (TEIXEIRA, 2006) em todos os graus de ensino, mesmo no ensino primário que é o grau de ensino mais mal remunerado. É branco o magistério, como de resto são brancos praticamente todos os setores da elite brasileira.

## Referências

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1906.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed., Rio de Janeiro: EdUFRJ; Brasília, DF: EdUnB, 1996.
- BAÍÁ HORTA, José Silvério. *O Hino, o Sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1984.
- CARVALHO, José Murilo. Brasil: nações imaginadas. *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói, v. 1, n. 1, jun. 1995.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (2002). *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro (1927-1942)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DAMÁZIO, Silvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.
- LACERDA, João Batista de. “Réplica à crítica da memória sur les métis au Brésil”. In: CONGRESSO UNIVERSAL DAS RAÇAS. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, p. 85-101, 1911.
- KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo, SP: Monteiro Lobato, 1923.

KEHL, Renato. *Pais, médicos e mestres: problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.

MARTINS, Angela de Souza (1996). *Dos Anos Dourados aos Anos de Zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói, RJ: Intertexto, 1999.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras Negras na Primeira República In: OLIVEIRA, Iolanda (Coord.) *Relações raciais e educação: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto, 1999. p. 21-68. (Cadernos Penesb, 1).

\_\_\_\_\_. Hemeterio José dos Santos. In FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader Medeiros (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/INEP, 2002.

\_\_\_\_\_. Professoras Negras na Primeira República: história de um branqueamento. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações raciais e educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEPOMUCENO, Nirlene. Quem haverá que não conheça a Rosa Negra?: presença e “apagamento” de mulheres negras na indústria do divertimento na Capital Federal dos anos 1920 In: CARVALHO, Marília Pinto de e PAHIM PINTO, Regina (Org.). *Mulheres e Desigualdades de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2008. (Série justiça e desenvolvimento/IFP-FCC)

PESSOA, Frota. *A Educação e a Rotina: teses heterodoxas*, Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1924.

PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução bio-geográfica à civilização*. Rio de Janeiro: Nacional, 1938 (Biblioteca Pedagógica Brasileira).

\_\_\_\_\_. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

\_\_\_\_\_. *Minha terra e minha gente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Coletividades negras: ascensão socioeconômica dos negros no Brasil e em São Paulo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 6, p. 647-663, jun. 1977.

REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Ricardo Augusto dos Santos. Quem é bom, já nasce feito? Uma leitura do Eugénismo de Renato Kehl (1917-1937). *Revista Intellectus*. Rio de Janeiro: UERJ, Ano 04, V. II, 2005. Disponível em: <www2.uerj.br/~intellectus>. Acesso em: 15 jul. 2006

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Cap. 4: Os institutos históricos e

geográficos: guardiões da história oficial. p. 99-133.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'Africa, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SKIDMORE, Thomas. (1976). *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TEPEDINO, Alexandre. *Alma e beleza*. Rio de Janeiro: s.e., 1931.

TEIXEIRA, Moema De Poli. A presença negra no magistério: aspectos quantitativos In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: EdUFF/Quartet, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-37)*. 1995. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 1995.